

GUSTAVO TEPEDINO  
ANA FRAZÃO  
MILENA DONATO OLIVA  
COORDENADORES

# Lei Geral de PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

e suas repercussões no Direito Brasileiro

---

2ª tiragem

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MÍUSA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Analista de conteúdo editorial:* Quenia Becker

*Assistente de conteúdo editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista administrativo:* Tatiana Leite

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Fialho e Diene Ellen

*Capa:* Linotec

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro / Ana Frazão, Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Vários autores  
Bibliografia  
ISBN 978-85-5321-663-5

1. Direito à privacidade - Brasil 2. Direito de privacidade 3. Direitos fundamentais - Brasil 4. Personalidade (Direito) 5. Proteção de dados - Direito - Brasil 6. Proteção de dados - Leis e legislação I. Frazão, Ana. II. Tepedino, Gustavo. III. Oliva, Milena Donato.

19-28043

CDU-342.721(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Proteção de dados pessoais : Direito 342.721(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

1158847

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	5
---------------------------	---

**PARTE I**  
**ASPECTOS ESTRUTURAIS DA LGPD**  
**E DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS**

<b>Capítulo 1 – Fundamentos da proteção dos dados pessoais – Noções introdutórias para a compreensão da importância da Lei Geral de Proteção de Dados</b> .....	23
---	----

*Ana Frazão*

1. Introdução .....	24
2. A proteção dos dados pessoais como forma de endereçar os efeitos nefastos do capitalismo de vigilância: a violação da privacidade como um negócio .....	26
3. A proteção dos dados pessoais como forma de endereçar os riscos que os algoritmos representam às liberdades individuais e à própria democracia.....	31
4. A proteção dos dados pessoais como forma de endereçar o problema da opacidade e da ausência de <i>accountability</i> da economia movida a dados.....	38
5. A regulação de dados pessoais como forma de endereçar os riscos do poder crescente das grandes plataformas sobre os cidadãos .....	43
6. Conclusões.....	48
7. Referências bibliográficas .....	49

<b>Capítulo 2 – Os princípios norteadores da proteção de dados pessoais no Brasil e sua otimização pela Lei 13.709/2018 .....</b>	<b>53</b>
<i>Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Isabela Maria Pereira Lopes</i>	
Introdução.....	53
1. O sistema legal de proteção de dados no Brasil e seus princípios ....	62
2. A concretização dos princípios na Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018 .....	71
3. Conclusão .....	81
Referências bibliográficas.....	82
<b>Capítulo 3 – A proteção de dados pessoais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....</b>	<b>85</b>
<i>Ricardo Villas Bôas Cueva</i>	
1. Introdução .....	85
2. Do conceito tradicional de privacidade à proteção de dados pessoais .....	86
3. Um novo conceito de privacidade reconhecido na análise dos cadastros negativos e positivos de crédito .....	88
4. Os sistemas de avaliação de risco de crédito ( <i>credit score</i> ) .....	90
5. Remoção de conteúdos da internet e o direito ao apagamento de dados pessoais.....	93
6. Considerações finais .....	98
Referências bibliográficas.....	98
<b>Capítulo 4 – Objetivos e alcance da Lei Geral de Proteção de Dados .....</b>	<b>99</b>
<i>Ana Frazão</i>	
1. Introdução .....	99
2. Os objetivos da LGPD: o que proteger e por que proteger? .....	100
2.1. Os direitos tutelados pela LGPD e a sua dimensão existencial .....	100
2.2. Uma nova compreensão da privacidade .....	104
2.3. A racionalidade econômica da proteção dos dados pessoais .....	110
3. O alcance da LGPD: como proteger? .....	116
3.1. A LGPD no contexto das alternativas de autorregulação ou correção .....	116
3.2. A LGPD no contexto das alternativas de regulação pela tecnologia.....	119

3.3. A LGPD e a questão da regulação pelo mercado: consentimento ou dominação? .....	123
3.4. A LGPD como fio condutor das demais formas de regulação .....	125
4. Considerações finais .....	126
5. Referências bibliográficas .....	128
<b>Capítulo 5 – A titularidade de dados pessoais prevista no art. 17 da LGPD: direito real ou pessoal? .....</b>	<b>131</b>
<i>Roberta Mauro Medina Maia</i>	
1. Introdução .....	131
2. Ainda sobre direitos reais e pessoais: sua distinção estrutural e funcional .....	133
3. A titularidade dos dados pessoais na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a teoria da apropriação ( <i>propertization</i> ).....	143
4. Titularidade x propriedade: distinção terminológica e a opção adotada pelo legislador .....	148
5. Conclusão .....	152
Referências .....	153
<b>Capítulo 6 – Quando a Lei Geral de Proteção de Dados não se aplica? .....</b>	<b>157</b>
<i>Joyceane Bezerra de Menezes e Hian Silva Colaço</i>	
Introdução.....	158
1. Sociedade da informação e tutela da privacidade: emergência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 14.08.2018).....	161
2. Tensão entre Privacidade, Informação e Segurança .....	165
3. Matérias que não sofrem incidência da LGPD .....	171
3.1. Tratamento de dados realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos .....	172
3.2. Tratamento de dados para fins jornalísticos e artísticos .....	177
3.3. Tratamento de dados para fins acadêmicos .....	183
3.4. Tratamento de dados realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou de atividades de investigação e repressão das infrações penais .	186
3.5. Dados coletados, tratados e utilizados fora do território nacional.....	191
Conclusão .....	195

<b>Capítulo 7 - Diálogos entre a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação .....</b>	<b>199</b>
<i>Ana Carla Harmatiuk Matos e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk</i>	
1. Introdução .....	200
2. Do caráter jusfundamental do direito à informação e do direito a privacidade .....	201
3. Das diretrizes fundamentais da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e do sigilo como exceção .....	202
4. Dos princípios fundamentais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e de sua vinculação expressa à proteção à privacidade .....	203
5. Da disciplina da Lei de Acesso à Informação a respeito dos dados pessoais .....	204
6. Da definição de dados pessoais na Lei 13.709/2018 e das diretrizes quanto à sua coleta e ao seu tratamento .....	206
7. Possíveis controvérsias advindas da aplicação conjunta de ambos os diplomas legais, e da necessidade de sua harmonização .....	208
Conclusão .....	216
Referências bibliográficas .....	218
<b>Capítulo 8 - Término do Tratamento de Dados .....</b>	<b>219</b>
<i>Gisela Sampaio da Cruz Guedes e Rose Melo Vencelau M.eireles-</i>	
1. Introdução .....	219
2. Término do tratamento de dados .....	221
3. Direito ao esquecimento: distinção necessária .....	225
4. Responsabilidade civil pelas operações de dados após o término do seu tratamento .....	228
5. Considerações Finais .....	239
Referências .....	240
<b>Capítulo 9 - Direitos do titular de dados pessoais na Lei 13.709/2018: uma abordagem sistemática .....</b>	<b>243</b>
<i>Eduardo Nunes de Souza e Rodrigo da Guia Silva</i>	
1. Introdução .....	243
2. Direitos e remédios na tradição de <i>civil law</i> .....	248
3. A pretensa atribuição de direitos ao titular de dados pela LGPD: enunciação de remédios .....	259
4. O risco da suposta taxatividade dos remédios previstos pela LGPD .....	269

5. Considerações finais .....	280
6. Referências bibliográficas .....	281
<b>Capítulo 10 – Consentimento e proteção de dados pessoais na LGPD</b> .....	287
<i>Gustavo Tepedino e Chiara Spadaccini de Teffé</i>	
1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: notas introdutórias.....	288
2. O fornecimento de consentimento pelo titular .....	297
3. Tratamento de dados pessoais sensíveis: requisição de consentimento específico e destacado .....	306
4. Dados pessoais de crianças e adolescentes: considerações sobre a norma relativa ao consentimento.....	310
Considerações finais.....	319
Referências .....	320
<b>Capítulo 11 – Potencialidades do direito de acesso na nova Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)</b> .....	323
<i>Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Diana Paiva de Castro</i>	
1. Introdução .....	324
2. Redefinição do conceito de privacidade na legalidade constitucional.....	325
3. Efetividade do direito de acesso na nova lei geral de proteção de dados.....	327
3.1. Procedimento do acesso: gratuito, facilitado e tutelado por meio individual ou coletivo .....	329
3.2. Funcionamento do acesso: informações a respeito de todo o processo de tratamento, tutela do princípio da não discriminação e gama de direitos do titular .....	331
3.3. Âmbito de incidência do acesso: integralidade dos dados tratados por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado .....	338
4. Considerações finais .....	342
5. Referências bibliográficas .....	343
<b>Capítulo 12 – O direito à portabilidade na Lei de Proteção de Dados</b> .....	347
<i>Daniela Copetti Cravo</i>	
1. Introdução .....	347

2.	Natureza da portabilidade de dados.....	348
3.	Fundamentos da portabilidade de dados .....	350
4.	A portabilidade de dados na nova Lei .....	358
5.	Considerações finais .....	362
6.	Referências bibliográficas .....	363

## **Capítulo 13 - Direito ao Esquecimento e Proteção de Dados Pessoais na Lei 13.709/2018: distinções e potenciais convergências.....**

367

*Anderson Schreiber*

1.	A nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o chamado direito ao esquecimento .....	367
2.	O que é, afinal, o direito ao esquecimento? .....	370
3.	Direito à eliminação de dados <i>versus</i> direito ao esquecimento .....	376
4.	Conclusão: perspectivas para o direito ao esquecimento a partir da LGPD .....	380
	Referências bibliográficas.....	383

## **Capítulo 14 - Os direitos de explicação e de oposição frente às decisões totalmente automatizadas: comparando o RGPD da União Europeia com a LGPD brasileira.....**

385

*Alexandre Veronese*

1.	Introdução .....	386
1.1.	Dados e informações .....	386
1.2.	Do processamento regular ao processamento ampliado ( <i>Big Data</i> ) .....	389
2.	O marco jurídico da União Europeia: o RGPD.....	395
2.1.	A proteção em face de decisões automatizadas.....	397
2.2.	O direito à oposição em face de decisões automatizadas.....	400
2.3.	O direito à explicação sobre a lógica subjacente às decisões automatizadas.....	404
2.4.	Procedimentos de controle sobre sistemas de decisão automatizados no RGPD .....	406
3.	O marco jurídico brasileiro .....	409
4.	Considerações finais .....	411
5.	Referências.....	413

**Capítulo 15 – Segurança e Sigilo dos Dados Pessoais: primeiras impressões à luz da Lei 13.709/2018** ..... 417

*Carlos Affonso Pereira de Souza*

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 418 |
| 2. Segurança e sigilo de dados na legislação brasileira .....                           | 419 |
| 3. O tratamento da segurança e do sigilo de dados na LGPD (arts. 46-49) ...             | 423 |
| 3.1. <i>Privacy by design</i> .....   | 427 |
| 3.2. Incidentes de segurança e dever de notificação .....                               | 430 |
| 3.2.1. O que são incidentes de segurança .....  | 430 |
| 3.2.2. Implementação de medidas de segurança pelos agentes de tratamento de dados ..... | 433 |
| 3.2.3. A notificação de incidentes de segurança.....                                    | 436 |
| 4. Conclusão .....  | 440 |
| Bibliografia .....  | 440 |

**PARTE II**  
**DIVERSOS TIPOS DE TRATAMENTO**  
**DE DADOS E QUESTÕES ESPECÍFICAS**

**Capítulo 1 – O tratamento de dados sensíveis à luz da Lei 13.709/2018** ..... 445

*Carlos Nelson Konder*

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 445 |
| 2. Privacidade, identidade e não discriminação: a chave de leitura dos dados sensíveis..... | 446 |
| 3. A qualificação de dados pessoais como sensíveis.....                                     | 452 |
| 4. Disciplina normativa aplicável ao tratamento de dados sensíveis....                      | 456 |
| 5. Considerações finais .....   | 460 |
| 6. Referências.....   | 460 |

**Capítulo 2 – Tratamento de dados pessoais por “legítimo interesse do controlador”: primeiras questões e apontamentos.....** 465

*Daniel Bucar e Mario Viola*

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Introdução .....   | 466 |
| 2. Legítimo interesse do controlador: um breve contexto.....      | 468 |
| 2.1. Origem e controvérsias na legislação da União Europeia ..... | 468 |

2.2.	A “privacidade-instrumento” e o legítimo interesse do controlador no ordenamento jurídico brasileiro: fixação e lições preliminares.....	471
3.	A “ponderação de interesses”: provocações metodológicas e parâmetros de aplicação.....	474
3.1.	Quem controla o controlador? .....	474
3.2.	Afinal como ponderar? Uma proposição civil-constitucional.....	475
3.3.	Ponderação de interesses <i>stricto sensu</i> : pressupostos, <i>modus operandi</i> e alguns parâmetros .....	476
4.	Proposta aberta de sistematização dos conflitos: análise funcional da proteção de dados .....	477
4.1.	Conflito entre situações patrimoniais: a obrigação polarizada ao adimplemento.....	478
4.2.	O legítimo interesse existencial: autonomia privada, influência sobre terceiros .....	479
4.3.	Ponderação (ou superposição) das situações existenciais às patrimoniais?.....	480
5.	Conclusão .....	482
6.	Referências.....	483

### **Capítulo 3 – Primeiras impressões sobre o tratamento de dados pessoais nas hipóteses de interesse público e execução de contratos .....**

485

*Luciana Pedrosa Xavier, Marília Pedrosa Xavier e Mayara Guibor Spaler*

1.	Introdução .....	486
2.	A proteção dos dados pessoais .....	490
3.	Análise dos requisitos para tratamento de dados .....	495
4.	Tratamento de dados pelo Poder Público.....	497
5.	Considerações finais .....	500
6.	Referências bibliográficas .....	502

### **Capítulo 4 – A autoridade parental e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.....**

505

*Ana Carolina Brochado Teixeira e Anna Cristina de Carvalho Rettore*

1.	Introdução .....	506
2.	O conteúdo do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na sociedade de informação .....	511

3. O conteúdo da autoridade parental e dos dados pessoais da criança e do adolescente.....	517
4. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes.....	523
5. Considerações finais .....	527
Referências .....	528
<b>Capítulo 5 – Proteção dos dados pessoais da pessoa com deficiência.....</b>	<b>531</b>
<i>Heloisa Helena Barboza, Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira e Vitor Almeida</i>	
Considerações iniciais.....	532
1. Vulnerabilidade e privacidade: proteção no caso de deficiência .....	534
2. Proteção dos dados pessoais da pessoa com deficiência .....	539
3. Dados sensíveis médicos, discriminação e consentimento .....	549
Considerações finais.....	556
Referências .....	557
<b>Capítulo 6 – Tratamento de dados para a concessão de crédito.....</b>	<b>561</b>
<i>Milena Donato Oliva e Francisco de Assis Viégas</i>	
1. Introdução: impacto da LGPD no mercado de concessão de crédito .....	561
2. Tratamento de dados para a formação de cadastros de inadimplentes: o cadastro negativo .....	566
3. Tratamento de dados para a formação de histórico de crédito e atribuição de rating de crédito .....	576
3.1. Cadastro positivo.....	576
3.2. O sistema <i>credit scoring</i> .....	589
4. Notas conclusivas .....	598
<b>Capítulo 7 – A utilização econômica de rastreadores e identificadores on-line de dados pessoais.....</b>	<b>601</b>
<i>Aline de Miranda Valverde Terra e Caitlin Mulholland</i>	
Introdução: um caso emblemático .....	602
1. A proteção de dados e o conceito de autodeterminação informativa .....	604
2. Dos <i>cookies</i> ao Google Analytics: o que são identificadores e rastreadores <i>on-line</i> .....	609

3.	<i>Data as the new oil</i> : precificação dos dados e o novo insumo da relação de consumo.....	615
4.	Considerações finais .....	617
5.	Bibliografia.....	618

## **Capítulo 8 - Transferência internacional de dados na Lei Geral de Proteção de Dados - Força normativa e efetividade diante do cenário transnacional .....**

*Angelo Gamba Prata de Carvalho*

I.	Introdução .....	622
II.	A transferência internacional de dados na lei geral de proteção de dados brasileira .....	623
II.1.	Transferência internacional para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na lei brasileira.....	625
II.2.	Garantias de cumprimento dos preceitos da LGPD.....	627
II.3.	Derrogações específicas.....	629
III.	<i>Exceptio probat regulam?</i> Percalços e perspectivas da garantia de proteção adequada na transferência internacional de dados.....	632
IV.	Considerações finais a um tema em aberto: projeto de construção da força normativa transnacional da LGPD.....	639
	Referências.....	642

## **Capítulo 9 - Fluxo de informação no âmbito dos grupos societários e proteção dos dados pessoais.....**

*Raul Murad e Rodrigo Requena*

1.	Introdução .....	648
2.	Restrições ao compartilhamento de dados <i>intercompany</i> .....	654
3.	Potencialidades do grupo empresarial no tratamento de dados pessoais .....	661
4.	Gestão de dados pessoais e operações de reorganização societária ..	666
5.	Breves reflexões a respeito do possível impacto concorrencial provocado pelo compartilhamento de dados <i>intercompany</i> .....	668
6.	Conclusão .....	671
7.	Bibliografia.....	672

<b>Capítulo 10 - Compliance de dados pessoais</b> .....	677
<i>Ana Frazão, Milena Donato Oliva e Vivianne da Silveira Abilio</i>	
I. Introdução: características gerais da LGPD e o papel da concretização prática da tutela dos dados pessoais.....	677
II. Breves considerações sobre função e conteúdo de programas de <i>compliance</i> .....	683
III. <i>Compliance</i> de dados pessoais .....	693
IV. À guisa de conclusão: complexidade, custos e necessidade de efetivo estímulo à adoção de programas de <i>compliance</i> de dados pessoais ..	711
V. Referências .....	713
<b>Capítulo 11 - A autoridade nacional de proteção de dados: origem, avanços e pontos críticos</b> .....	717
<i>Beto Vasconcelos e Felipe de Paula</i>	
1. Introdução .....	718
2. A relevância dos arranjos institucionais: por quais motivos se defendeu a criação de uma Autoridade Nacional e de um Conselho Nacional de Proteção de Dados? .....	721
3. O debate no Executivo e a construção da autoridade nacional .....	724
4. A tramitação legislativa .....	726
5. O veto presidencial: a questão do vício de iniciativa.....	727
6. A criação de Autoridade Nacional via Medida Provisória 869/2018: riscos envolvidos e oportunidades perdidas .....	731
7. Conclusão .....	734
Referências .....	736
<b>Capítulo 12 - A tutela processual dos dados pessoais na LGPD</b> .....	741
<i>Andre Vasconcelos Roque, Bernardo Barreto Baptista e Henrique de Moraes Fleury da Rocha</i>	
1. Introdução .....	742
2. Competência para as medidas judiciais fundadas na LGPD .....	743
2.1. Jurisdição do Poder Judiciário brasileiro (competência internacional) .....	743
2.2. Competência doméstica .....	747
3. Direito probatório e a LGPD .....	750
3.1. Produção antecipada de prova.....	750

3.2. Ônus da prova na tutela de dados pessoais.....	752
4. Tutela coletiva dos dados pessoais .....	756
4.1. Categorias de direitos coletivos e a LGPD .....	757
4.2. Legitimados para a tutela coletiva de dados pessoais .....	765
4.3. Decisões estruturantes e a tutela coletiva de dados pessoais .....	767
5. Conclusão .....	770
6. Referências bibliográficas .....	771

### **Capítulo 13 – Repercussões do RGPD sobre a responsabilidade civil.....**

777

*Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro, LLM*

1. Introdução .....	777
§ 1º Elementos .....	779
2. Ilícitude .....	779
3. Danos.....	780
4. Causalidade .....	783
§ 2º Sujeitos.....	784
5. Lesados.....	784
6. Agentes prevaricadores: enquadramento.....	786
7. A responsabilidade do responsável pelo tratamento.....	788
8. A responsabilidade do subcontratante.....	789
§ 3º Aspectos probatórios .....	790
9. O afastamento da culpa .....	790
10. Responsabilidade solidária e direito de regresso.....	791
2. Conclusões.....	793
Bibliografia .....	793

### **Capítulo 14 – Regulamento Europeu de Proteção de Dados Pessoais e a Lei Geral brasileira de Proteção de Dados: mapeando convergências na direção de um nível de equivalência .....**

797

*Bruno R. Bioni e Laura Schertel Mendes*

1. Introdução .....	798
2. Instrumentos de direito internacional e convergência regulatória: uma tensão permanente no campo da proteção de dados.....	799
3. LGPD vs RGPD: desafios e perspectivas para uma análise de equivalência.....	803

---

3.1.	Divergência na técnica legislativa .....	803
3.2.	LGPD vs GDPR: racionalidades regulatórias convergentes ..	805
3.2.1.	FIPPs: práticas justas e direitos dos titulares como pilares .....	805
3.2.2.	Racionalidade <i>ex-ante</i> de proteção .....	810
3.2.3.	A guinada da <i>accountability</i> .....	812
3.2.4.	Arranjo institucional: do texto frio da lei ao sistema de <i>enforcement</i> .....	815
3.2.5.	Conclusão – Voltando ao básico: qual é o sentido de equivalência? .....	818
	Bibliografia .....	819